

## Articulação se intensifica para aprovação de pauta econômica

**Congresso** Depois de negociações e reuniões nessa terça-feira, relator sinaliza que poderá apresentar um novo parecer para acolher algumas sugestões

### Lira conta votos para levar tributária ao plenário até sexta

Raphael Di Couto e Marcelo Ribeiro  
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conta votos entre os partidos para tentar aprovar a reforma tributária até o fim desta semana. As diversas siglas, prefeitos e governadores intensificaram as reuniões durante toda a terça-feira (4) e o relator da proposta, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou que apresentará um novo parecer para acolher algumas das sugestões que tem recebido. Um cenário otimista por lideranças governistas era a aprovação de um texto que contasse com o apoio majoritário dos deputados e pudesse ser depois aprimorado no Senado, assegurando assim a conclusão da reforma na Câmara antes do recesso informal.

A Câmara está num "esforço concentrado" de segunda-feira até sexta-feira e, apesar de o período de descanso só começar em 15 de julho, parte dos deputados já marcou viagem com suas famílias na próxima semana. O texto de Aginaldo Ribeiro será colocado em votação se o presidente da Câmara avaliar que há votos sufici-

entes para aprovação. Por ser uma proposta de emenda constitucional (PEC), é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados (isto apenas no texto principal, mas também nas emendas).

Um dos pontos que o relator trabalha para pacificar é a composição do Conselho Federativo, medida vista pelos Estados e prefeituras como uma perda da autonomia dos entes federativos na gestão de suas próprias receitas. Em encontro da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o relator afirmou que as conversas sobre o tema ainda estão em curso e disse que buscará o estabelecimento de um equilíbrio.

Em uma breve fala, o paranaense destacou que a proposta não é de governo, mas de país, e sinalizou que pretende manter o debate do projeto distante de radicalismos.

"Não vou entrar em briga de Bolsonaro e Lula, nem ninguém"

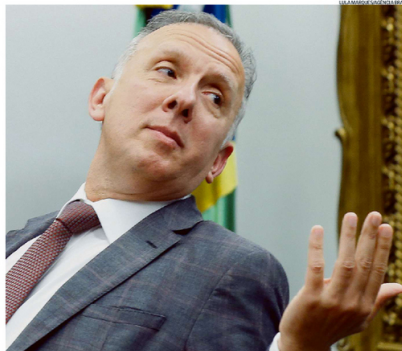
Aginaldo Ribeiro

"Não terminamos essa discussão [do Conselho Federativo]. Todas as decisões que formos tomar vamos tomar levando em consideração todos os entes federados. Não vamos fazer reforma em que decida um caminho sem que haja equilíbrio federativo", afirmou.

Ele pontuou ainda que está em negociação para conseguir construir um texto que garanta a autonomia dos Estados. "Quer maior perda de autonomia do que decisão da União em mexer em combustível sem combinar com ninguém e afetar na arrecadação de todo mundo? Isso é falta de autonomia. Estamos construindo texto que não estamos permitindo que se faça isso. É isso que estamos trabalhando".

Em sua fala, o relator reforçou que a reforma tributária "não é uma reforma de partido político, não é reforma de direita, de esquerda, nem de centro". "Não vou entrar em briga de [Jair] Bolsonaro e [Luiz Inácio] Lula [da Silva], nem de ninguém. Estamos pensando em Estados, municípios e na economia do país", acrescentou.

Nessa terça-feira, contudo, numa reunião com cerca de 40 dos



Ribeiro: "Vamos tentar fazer convergência dos Estados se não como um todo pelo menos no que for possível"

99 deputados federais, a bancada do PL decidiu pedir o "fechamento de questão" contra a reforma após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticá-la nas redes sociais. Esse mecanismo obriga os parlamentares a seguirem a posição da legenda para não serem punidos por infidelidade. Pelo menos metade deles cogitava votar a favor da reforma.

O PL, por sua vez, decidiu apoiar o texto. Já o líder do PDT e do maior bloco parlamentar da Câmara, que inclui também PSB, União Brasil, PP e partidos nacionais, o deputado André Figueiredo (CE), afirmou que ainda há incertezas em relação à pauta.

Prefeitos de capitais e grandes cidades também desembarcaram

na capital federal para participar das articulações. Eles protestaram contra a unificação do IBS com o ICMS, no futuro imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e pediram a Lira o adiamento da apreciação pelo plenário da Câmara para o próximo semestre. No entanto, ouviram que esta não é a intenção e que a reforma só não será votada se não houver apoio suficiente.

"Os prefeitos estavam vivendo da ilusão de que não seria votado, mas entenderam hoje que ele [presidente da Câmara] fará todo o esforço para aprovar e vão fazer sugestões para a PEC", disse o deputado Jonas Donizete (PSB-SP), ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Em geral, os governadores

também têm apresentado sugestões à reforma, como a elevação do repasse da União para os Estados previsto no Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para compensar eventuais perdas dos entes subnacionais.

Em reunião com parlamentares do bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e Podemos, o relator ouviu que todos os partidos tinham

pré-disposição em analisar a reforma, mas houve ponderações sobre a necessidade de mudanças no conteúdo do parecer. "Vamos tentar fazer convergência dos Estados se não como um todo pelo menos no que for possível. Naquilo que não for possível ter consenso, vamos a votação e o placar é soberano", disse Ribeiro após o encontro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Pagina: 8